

Gláucia Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)

Diálogos sobre **Inclusão 2**



Glaucia Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)

Diálogos sobre Inclusão 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D536	Diálogos sobre inclusão 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Glauca Wesselovicz, Janaina Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Diálogos Sobre Inclusão; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-363-7 DOI 10.22533/at.ed.637192805 1. Brasil – Condições sociais. 2. Desenvolvimento social. 3. Integração social. I. Wesselovicz, Glauca. II. Cazini, Janaina. III. Série. CDD 361.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A obra “Diálogos sobre Inclusão” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seus 24 capítulos do volume II, apresenta estudos relacionados a inclusão social com propósito de cooperar para que profissionais, educadores e toda sociedade possam contribuir para elaboração de políticas públicas que garantam as mesmas oportunidades a todos.

Apesar do nosso país ser conhecido por sua diversidade e pluralidade cultural, o problema da exclusão social atinge várias camadas da sociedade e entender como solucioná-las é tarefa complexa, que envolve diferentes esferas sociais interligadas.

Embora estejamos no Século XXI, com um cenário tecnológico e de informação em grande avanço, ainda a condição do acesso aos direitos fundamentais e de igualdade não atingem a quem mais precisa.

Estar atento às possibilidades, é inerente a todos os equipamentos da sociedade e, para isso, o trabalho conjunto entre Instituições educacionais, ONGs e organizações públicas e privadas, se tornam essenciais. Seja no acesso a informação ou cumprimento das leis que asseguram o acesso a igualitário de todos.

Esperamos que esta obra possa inspirar e incentivar a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Glaucia Wesselovicz
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE PICOS-PI	
Shearley Lima Teixeira Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	
DOI 10.22533/at.ed.6371928051	
CAPÍTULO 2	11
A CONSTRUÇÃO DE UM NAPNE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO COLÉGIO PEDRO II	
Cintia Tavares Ferreira Celeste Azulay Kelman	
DOI 10.22533/at.ed.6371928052	
CAPÍTULO 3	23
A DISCIPLINA DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR: UM PANORAMA DOS ACADÊMICOS DE LETRAS DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	
Luiza Valdevino Lima Daniela Valdevino Lima Luciana Maria de Souza Macedo Geórgia Maria de Alencar Maia Ana Patrícia Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.6371928053	
CAPÍTULO 4	31
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM FOCO NA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO NAPNE	
Amanda de Almeida Soares Karla Percília da Silva Fortes	
DOI 10.22533/at.ed.6371928054	
CAPÍTULO 5	37
A GESTÃO PEDAGÓGICA E O PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS CEGOS: UM ESTUDO DE CASO	
Alexandre Ribeiro da Silva Geandra Claudia Silva Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6371928055	
CAPÍTULO 6	52
ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO, INTELIGÊNCIA E CRIATIVIDADE NO PIBIC: UM ESTUDO SOBRE A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	
Vera Borges de Sá Laís Bezerra Ferraz Pedro Botelho Cynthia Maria Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6371928056	

CAPÍTULO 7	64
APAE: DAS CONCEPÇÕES FILOSÓFIAS ÀS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM RIO BRANCO - ACRE	
Maria Auxileide da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6371928057	
CAPÍTULO 8	76
AS ESPECIFICIDADES DO TRANSTORNO Opositor DESAFIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR	
Ana Paula Silva Andrade Jorge	
Ana Luiza Barcelos Ribeiro	
Bianka Pires André	
DOI 10.22533/at.ed.6371928058	
CAPÍTULO 9	84
CENTRO DE ATENÇÃO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (CADE): UMA REDE DE APOIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA EM SANTO ANDRÉ-SP	
Amanda Sousa Batista Do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6371928059	
CAPÍTULO 10	94
CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR	
Cristiane de Fatima Costa Freire	
Francileide Batista de Almeida Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.63719280510	
CAPÍTULO 11	105
DISCUTINDO A APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA	
Maria das Dores Trajano da Silva,	
Fernanda Araújo Tavares Sabino	
Alice Lima da Silva	
Thayná Souto Batista	
Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.63719280511	
CAPÍTULO 12	113
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: VISLUMBRANDO DESAFIOS POSSÍVEIS	
Rejane Gomes Ferreira	
Isandra de França Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.63719280512	

CAPÍTULO 13	122
EDUCAÇÃO NO BRASIL: O USO DAS CONCEPÇÕES INCLUSIVAS E AS PROPOSTAS INTERDISCIPLINARES DENTRO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Luandson Luis Da Silva	
Samilly dos Santos Bernardo Luis	
Joel Nunes De Farias	
Aldair Viana Silva de Alcaniz	
Nadjeana Ramalho da Silva	
Elaine Cristina Meireles Silva	
Elenith Jussier de Lima Silva	
Ivanildo Severino da Silva	
Hosana Souza de Farias	
DOI 10.22533/at.ed.63719280513	
CAPÍTULO 14	134
EDUCACIÓN HOSPITALARIA, VOCES DESDE UNA EDUCACIÓN SENTIDA	
Priscilla Cabrera Huichalaf	
José Guillermo Reyes Rojas	
DOI 10.22533/at.ed.63719280514	
CAPÍTULO 15	142
FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ESTUDANTES SURDOS	
Polliana Barboza	
Fernando Rodrigues Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.63719280515	
CAPÍTULO 16	152
ESTUDO DE CUNHO ETNOGRÁFICO DA EXPERIÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR: SIGNIFICADOS E EVIDÊNCIAS	
Ana Cristina Silva Soares	
DOI 10.22533/at.ed.63719280516	
CAPÍTULO 17	163
GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	
Amanda Drzewinski de Miranda	
Eliza Ribas Gracino	
Nilcéia Aparecida Maciel Pinheiro	
Sani de Carvalho Rutz da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.63719280517	
CAPÍTULO 18	178
INCLUSÃO, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: MÚLTIPLOS OLHARES	
Walkiria de Fátima Tavares de Almeida	
Daniel González González	
DOI 10.22533/at.ed.63719280518	

CAPÍTULO 19	187
O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA COMO CAMINHO PARA DIMINUIR O RACISMO NA ESCOLA	
<p>Maria Leonilde da Silva Allan Kardec Alves da Mota Karla Janaina Barbalho Maciel Cátia Silene da Silva Araújo Pereira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280519	
CAPÍTULO 20	199
O LEDOR DIANTE DOS ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA	
<p>Antônio Ferreira de Melo Júnior</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280520	
CAPÍTULO 21	210
O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CAMPINA GRANDE - PB	
<p>Débora Aragão Bezerra</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280521	
CAPÍTULO 22	215
OLHARES E PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	
<p>Géssika Cecília Carvalho da Silva Márcia Rafaella Graciliano dos Santos Viana Elidiane Lemos do Nascimento Michele Santana de Oliveira Elisnando Correia Ferreira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280522	
CAPÍTULO 23	226
SABERES DA EXPERIÊNCIA DE MULHERES LABIRINTEIRAS DA COMUNIDADE DE REDONDA/CE	
<p>Eliane Cota Florio Stenio de Brito Fernandes Geraldo Mendes Florio Magnólia Maria Oliveira Costa Ana Lúcia Oliveira Aguiar</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280523	
CAPÍTULO 24	236
TRABALHO DOCENTE, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO: UM ESTUDO A PARTIR DA ABORDAGEM ESTRUTURAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
<p>Sabrina Araujo de Almeida Judith Perez Ferreira Pedro Humberto Faria Campos</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280524	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	248

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: VISLUMBRANDO DESAFIOS POSSÍVEIS

Rejane Gomes Ferreira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Currais Novos/RN

Isandra de França Medeiros

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Currais Novos/RN

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo socializar experiências vivenciadas na implantação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), *Campus* Currais Novos, no período de 2015.1-2018.1. Nesse ínterim, foram desenvolvidas várias ações/atividades no sentido de sensibilizar os agentes educativos para a acolhida de estudantes com necessidades educacionais específicas, considerando que, independente de número de cotas nos processos seletivos, o acesso desse público em quaisquer cursos na instituição, já seria fato real. Os espaços utilizados foram os mais variados possíveis no âmbito do *Campus*, envolvendo a formação docente e demais atividades inerentes a uma possível educação inclusiva escolar. Os docentes mais sensíveis à temática conseguiram realizar atividades em forma de oficinas pedagógicas em sala de aula, como o conteúdo de Jogos Adaptados,

no componente curricular de Educação Física. Nesse processo, evidencia-se que a inclusão da pessoa com deficiência no âmbito escolar, requer estudos e fazeres permanentes que provoquem reflexões acerca das possibilidades e necessidades desses sujeitos em serem tratados com a dignidade e o respeito que lhes fazem sujeitos de direitos, numa perspectiva de uma educação emancipatória e cidadã.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão escolar. Educação Profissional e Tecnológica. Sensibilidade.

ABSTRACT: This paper aims to socialize experiences experienced in the deployment of the core of support for people with Specific Educational Needs (NAPNE) at the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), *Campus* Currais Novos, 2015.1-2018.1. In the meantime, various actions/activities have been developed in order to sensitize the educational agents to the welcome of students with specific educational needs, whereas, regardless of number of quotas in the selection process, the This public access in any courses at the institution, would be real. The spaces used were the most varied possible within the *Campus*, involving teacher training and other activities inherent in a possible inclusive education at school. Teachers more sensitive to the subject were able to carry out

activities in the form of educational workshops in the classroom, as the content of Games Adapted, in the physical education curriculum. In this process, it is evidenced that the inclusion of the disabled person in the school context, requires studies and do that cause reflections about the possibilities and needs of these subjects to be treated with the dignity and respect that they are subjects of rights, with a view to an emancipatory education and citizen.

KEYWORDS: school inclusion. Professional and technological education. Sensitivity.

1 | INTRODUÇÃO

O movimento de Inclusão Escolar tem proposto inúmeros desafios às instituições escolares, em todos os níveis e modalidades de ensino, provocando a necessidade de revisão de concepções e práticas pedagógicas usuais. Sabe-se, que esse direito está garantido constitucionalmente desde 1988, assegurando a todos os estudantes o acesso, a permanência e a participação nos níveis básico e superior de ensino, provocando mudanças nas práticas educativas escolares. (BRASIL, 1988).

As discussões sobre Educação Especial numa perspectiva de Educação Inclusiva têm sido mais evidenciadas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9394/96), quando em suas disposições gerais, destacam que o estudante com necessidades especiais deverá estar, preferencialmente, incluído nas classes regulares oferecidas pelos diferentes sistemas de ensino. Traz em seu Capítulo V, Art. 58, a Educação Especial como uma modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

No contexto atual, a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, instituída como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assegura e promove, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

Nessa direção, percebe-se a inclusão escolar como desafio permanente, trilhando caminhos possíveis, com muitas resistências e desafiando práticas pedagógicas docentes. Conforme, Mantoan (2006, p. 19)

“[...] a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.”

Assim sendo, observa-se que esse processo não se trata de uma questão puramente teórica, uma vez que se encontra atrelado às práticas cotidianas realizadas nos mais variados contextos escolares. Entende-se que a qualidade de ensino exige,

no mínimo, estratégias pedagógicas que atendam às necessidades e às capacidades de todos sem discriminações ou exclusões, considerando que uma escola para alguns não pode ser caracterizada como uma instituição qualificada do ponto de vista pedagógico. Implica mais tempo de planejamento e trabalho conjunto, em equipe, uma intervenção organizada, intencional, voltada à aprendizagem de todos os envolvidos. Toda trajetória escolar precisa ser repensada, considerando-se os efeitos cada vez mais prejudiciais das especializações dos saberes (MORIN, 2001), o que dificulta a articulação de uns com os outros e a possibilidade de termos igualmente uma visão do essencial e do global, numa perspectiva interdisciplinar.

Nesse sentido, para incluir todos os alunos, e não apenas aqueles com deficiências físicas ou intelectuais, é preciso intencionalidade na prática pedagógica, exigindo mudanças de posturas docentes, de aceitação ao diferente.

Entende-se que, o direito à educação, conforme expresso juridicamente, só será efetivado quando o ensino (seja na educação básica ou superior, seja com pessoas com deficiência ou sem deficiência) proporcionar o desenvolvimento global do sujeito, com vista a sua emancipação. Não basta dar oportunidade de acesso e fazer a matrícula. Faz-se necessário garantir a permanência escolar dos sujeitos e de sua aprendizagem. Nessa linha de pensamento, Gadotti (2009, p. 52) nos alerta que a qualidade da educação está relacionada com a aprendizagem, logo, “o direito à educação não se reduz ao direito de estar matriculado na escola. É direito de aprender na escola”.

Em se tratando do Ensino Médio, a perspectiva de incluir “alunos com necessidades educacionais específicas” apresenta-se como tema mais complexo, considerando suas especificidades e, no Ensino Profissional Tecnológico (EPT) essa complexidade aumenta.

Nessa perspectiva, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) assume

[...] o compromisso com uma educação inclusiva pautada na concepção de direito de todos, em especial atenção aos que (devido a questões de pertencimento e de condições físicas, cognitivas, motoras, econômicas e sociais, entre outras) estão mais vulneráveis a processos de exclusão ou de segregação. Isso supõe abertura à pluralidade e à diversidade em todas as relações humanas (IFRN, 2012, p. 179).

Sendo assim, o IFRN propõe uma política de Educação Inclusiva que possa “[...] sensibilizar pessoas, fortalecer compromissos, firmar parcerias, intensificar ações e vencer os desafios postos contra o alcance dos objetivos” (IFRN, 2012, p. 192).

Dentre as ações de Educação Inclusiva, encontra-se o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), responsável pela coordenação das atividades ligadas à inclusão de pessoas com necessidades específicas, o qual está vinculado à Diretoria Acadêmica, tendo por finalidade fomentar e assessorar o desenvolvimento de ações de natureza sistêmica no âmbito do ensino, da pesquisa

e da extensão que promovam o cumprimento efetivo das Leis nº 10.098/2000, nº 13.146/2015, do Decreto nº 5.296/2004 e dos demais instrumentos legais correlatos.

O NAPNE é regulamentado por Regimento Interno, configurando-se como um grupo de trabalho e estudo permanente, composto por uma equipe multiprofissional (Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais, docentes, discente, representante da comunidade civil e voluntários). Tem como público alvo, Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e Altas Habilidades) e Pessoas com Transtornos Funcionais Específicos (dislalia, discalculia, dislexia e disgrafia).

Frente a esse desafio de trabalhar a Educação Inclusiva escolar, este grupo de trabalho, desde o período letivo de 2015.2, vem implementando ações que possam contribuir com o processo de compreensão da necessidade premente de conhecer para atuar no âmbito da inclusão na EPT, tentando sensibilizar as pessoas para o acolhimento e a efetivação de uma política de inclusão com qualidade. Os desafios são inúmeros, mas, o desejo de contribuir com um ensino que promova a igualdade de direitos, é um fator mobilizador das ações em prol de uma educação com qualidade.

O objetivo nesse trabalho é socializar as experiências vivenciadas na implantação do NAPNE no IFRN *Campus* Currais Novos, no período de 2015.1-2018.1, vislumbrando desafios possíveis, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Nessa perspectiva, tem-se buscado uma articulação com a comunidade externa do município de Currais Novos, a qual desenvolve um trabalho sistemático e consistente no âmbito da inclusão, nas esferas municipal, estadual e com algumas associações, numa busca permanente de troca de saberes, de conhecimentos e de experiências, com foco nas políticas públicas no campo da inclusão.

2 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho traz uma abordagem qualitativa, no sentido da observação, descrição e análise das atividades realizadas por meio de ações sistematizadas, conforme elaboração de plano de ação anual, registros escritos e fotográficos, atas de reuniões, vídeos e outros, promovendo um processo de ação-reflexão-ação, envolvendo a comunidade escolar.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho do NAPNE, no IFRN *Campus* Currais Novos, teve início com o projeto de extensão “Implementando o NAPNE: um olhar para a inclusão” (período 2015.1), o qual teve como objetivo desenvolver ações que possibilitassem a organização e o funcionamento do Núcleo no âmbito do *Campus*. A equipe foi formada, conforme a orientação expressa no Regimento Interno. O grupo manteve a realização de

encontros mensais, com o intuito de estruturar as ações/atividades do Núcleo. Durante esse período, foi possível estudar e entender melhor qual seria a atuação perante a comunidade educativa. Para tanto, houve a disponibilidade de alguns membros em participar de grupos de estudos, eventos, congressos que abordassem a temática da inclusão da pessoa com deficiência. Uma das atividades estabelecidas centrava-se na coleta de dados sobre instituições e pessoas que desenvolvem trabalhos de inclusão no âmbito do município de Currais Novos/RN. Esse trabalho resultou no fortalecimento da articulação de atividades com instituições da comunidade externa, no âmbito municipal. Para finalizar os trabalhos do ano letivo de 2015, foi feita uma apresentação geral sobre o NAPNE para todos os servidores do *Campus*, destacando suas finalidades e objetivos, com o intuito de disseminar ações inclusivas possíveis, no campo do ensino, da pesquisa e da extensão para o ano letivo posterior, numa visão de continuidade.

No ano letivo de 2016, as ações incidiram na formação docente, utilizando os espaços das Reuniões Pedagógicas (RPs) semanais (uma vez no mês a temática envolvia Educação Inclusiva), nos eventos artístico-culturais, científicos e tecnológicos em forma de gincana, sala de cinema, apresentações artísticas envolvendo a pessoa com deficiência ou algum transtorno e, no desenvolvimento de oficinas em salas de aulas com estudantes dos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado. Destaca-se aqui, a abordagem, de forma vivencial, da temática da Inclusão escolar a partir do conteúdo “Jogos Adaptados”, no componente curricular Educação Física, nas turmas das primeiras séries do Ensino Médio Integrado. Esta última atividade oportunizou aos estudantes colocarem-se no lugar do outro com deficiência, na tentativa de sensibilizar e compreender as possibilidades e limitações que essas pessoas enfrentam no seu cotidiano. Nesse mesmo ano, alguns membros do grupo participaram de um Curso de Gestores e Conselheiros da Pessoa com Deficiência, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMADE) do município de Currais Novos/RN, como também, da Jornada de Capacitação do Instituto Benjamin Constant (IBC), promovida pela Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e a Extensão do IBC, FAIBC, Brasil.

No ano letivo de 2017, as ações foram ampliadas, considerando a entrada de estudantes com deficiência ou com algum transtorno, garantida pelo regime de cotas nos processos seletivos.

Vislumbrando desafios possíveis, a equipe procurou participar de momentos formativos envolvendo a temática da Inclusão da pessoa com deficiência, estabelecendo parcerias com outras instituições e associações, bem como promovendo encontros formativos no *Campus* e fora dele. Citamos algumas dessas atividades tais como: Realização de reuniões quinzenais; Garantia de Bolsista de Iniciação Profissional para o NAPNE; Apresentação cultural do Teatro *Iluminart* do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do município de Parelhas/RN, na abertura do Encontro Pedagógico 2017.1; Participação em Roda de Conversa, promovida pelo Conselho Regional de Psicologia

do RN e o Centro de Educação da UFRN, com a temática “Possibilidades e desafios da atuação interdisciplinar entre psicólogos, professores e gestores na Educação Inclusiva”; Participação nos encontros mensais do Grupo de Estudo Aprender a Aprender (GEAA), promovido pela 9ª Diretoria Regional de Educação (DIREC/CN), o qual aborda a temática da Inclusão da pessoa com Deficiência; Realização de acompanhamento pedagógico dos estudantes do *Campus* que apresentam transtornos ou alguma deficiência (Baixa visão, deficiência física, Transtorno de Personalidade Esquizotípica, Síndrome do Pânico, depressão, ansiedade, Síndrome de Tourette...); Realização de palestras mensais sobre a Educação Inclusiva nas Reuniões Pedagógicas; Estudo da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – nº 13.146/2015 e outras leis; Parceria com a Faculdade KURIOS, para realização do Curso de Especialização em LIBRAS; Representação do IFRN/CN no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMADE), do município de Currais Novos/RN; Participação efetiva nas ações/atividades promovidas pelo COMADE e APAE na Semana Nacional da Pessoa com Deficiência; Realização de atividades inerentes ao Setembro Amarelo com palestras, oficinas, cine-debate, rodas de conversas...; Participação na III Jornada de Diálogos sobre Acessibilidade, no IFRN Campus Santa Cruz; Parceria com a Sala de Recurso Multifuncional (SRM) da Escola Estadual Dr. Sílvio Bezerra de Melo/CN; Participação no I Simpósio de Educação Inclusiva organizado pelo CERES/CN/UFRN; Organização de *stand* na VII Exposição Tecnológica e Científica (EXPOTEC) do Campus Currais Novos, por meio de exposição de trabalhos e desenvolvimento de atividades como oficinas, cine-debates, dando visibilidade ao trabalho do núcleo; Participação no II Congresso Nacional de Inclusão na Educação Superior e Educação Profissional Tecnológica: Políticas de Acesso e Permanência – I Fórum Nacional de Coordenadores de Núcleos de Acessibilidade das IFES – I Encontro de Pesquisadores de Educação Especial da Região Nordeste, promovido pela UFRN.

É observável a disposição e envolvimento do grupo em tentar desenvolver uma política de inclusão que possa vir a atender aos reais objetivos, buscando a fundamentação e compreensão do desafio que ora se apresenta: receber estudantes com deficiência garantida pela lei de cotas nas instituições em todos os níveis e modalidades de ensino.

Em meio a tudo isso, destaca-se a ação proativa do gestor do Campus quando possibilita ações concretas relacionadas as adaptações de acessibilidade física, de forma contínua, conforme as necessidades e condições orçamentárias.

O ano letivo de 2018 trouxe para a comunidade educativa a materialização das expectativas e desafios até então pensados e discutidos, com a entrada de 13 estudantes com deficiência ou algum transtorno, distribuídos nos Cursos Técnicos de Nível Médio e nos Cursos Superiores. Dentre as deficiências e necessidades educativas específicas, encontram-se: Baixa visão, Deficiência Física caracterizada por Paralisia Cerebral e Artrogripose Congênita Múltipla, Deficiência Intelectual leve e moderada, Síndrome de Asperger e Transtorno de Personalidade Esquizotípica. Eis

os desafios se materializando... O que fazer? Como fazer?

Antes de dar início as atividades acadêmicas do ano letivo, foram realizadas visitas para entrevista individual e familiar desses estudantes, com intuito de conhecer e promover sua acessibilidade de forma satisfatória. Algumas providências foram realizadas, no sentido das adaptações razoáveis, como acessibilidade física (rampas, banheiros, macas, cadeiras de rodas...) considerando o estudante que apresenta a Deficiência Física caracterizada como Artrogripose Congênita Múltipla, nome dado à malformação das articulações, ocasionando limitação de movimento e menor força muscular. Nesse quadro, o sujeito tem dificuldade em mover as articulações devido a uma contratura.

Considerando o exposto e os propósitos perseguidos, a Semana Pedagógica de 2018.1 teve como temática “A Educação Inclusiva: como favorecer esse processo”. A palestra de abertura contou com a participação de todos os agentes educativos do Campus, quando a Direção Geral possibilitou a participação de docentes, técnico-administrativos e terceirizados, articulando o funcionamento interno na instituição no período da tarde (horário em que transcorreram as atividades de abertura). As temáticas trabalhadas envolveram, especificamente, as deficiências apresentadas pelos estudantes que estariam ingressando na instituição, conforme exposto anteriormente. Deu-se prioridade a Deficiência Intelectual, considerando suas implicações pedagógicas no que tange aos aspectos cognitivos e, porque não dizer, em relação ao desenvolvimento global do sujeito. Foram realizadas mesas-redondas com estudantes que já vivenciaram a inclusão no âmbito escolar e encontram-se inseridos na sociedade, exercendo seu papel de cidadão emancipado. A avaliação da semana foi muito positiva, enfatizando a necessidade da formação continuada para o bom êxito das práticas pedagógicas docentes.

Observa-se que durante o período letivo de 2018.1, muitas ações foram desenvolvidas, demonstrando as possibilidades de fazeres pedagógicos a partir da aceitação às diferenças. Percebe-se que muito se tem a fazer, mas percebe-se também avanços significativos em relação as barreiras atitudinais, considerada como a mais difícil de ser superada. Observam-se que alguns docentes buscam em suas práticas envolverem a temática da Inclusão da pessoa com deficiência no âmbito da pesquisa, desenvolvendo estudos que referentes as Tecnologias Assistivas.

No momento atual, a dificuldade maior encontra-se na ausência de pessoal especializado para atender as demandas necessárias ao processo educacional inclusivo com qualidade, pois não existe o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no âmbito das instituições federais. Os direitos são garantidos por lei, mas na prática as dificuldades e impossibilidades são reais.

Segundo Mantoan (1997), os professores enfrentam desafios no caminho da promoção de uma educação inclusiva, no sentido de: reconhecer e valorizar a diversidade como elemento enriquecedor do processo de ensino e aprendizagem; de conscientizar-se do modo como atuam para promover a aprendizagem de todos os

alunos; de participar cooperativamente do processo educativo com todos os implicados, dentro e fora da escola; de valorizar o processo sobre o produto da aprendizagem; de desenvolver enfoques curriculares, metodológicos e estratégias pedagógicas que possibilitem a construção coletiva do conhecimento. Corrobora-se com a autora, haja vista as experiências vivenciadas nesse processo. Contudo, percebe-se avanços em alguns profissionais (docentes e técnicos) no sentido de aceitar às diferenças como desafios possíveis vislumbrando saberes e fazeres inerentes a uma prática pedagógica inclusiva no campo da EPT.

Nessa perspectiva, compreende-se a necessidade de manter um trabalho de formação com caráter permanente fomentando a necessidade de intensificação da pesquisa, da extensão e do ensino focado na sensibilização e desmistificação da problemática da inclusão numa perspectiva de mudança de atitudes.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, compreendemos que muito precisa ser feito para que se conquiste a inclusão como expressão de qualidade na educação. Entender e aceitar a diferença como valor fundamental a garantia dos direitos à educação, pode ser considerado um dos passos a serem dados. Buscar estratégias que possibilitem romper com a lógica da aula única, fechada e repetitiva é outro. Entendemos que precisamos pensar a escola e a sala de aula como um espaço de aprendizagem pautada pela valorização da diferença, pelo conhecimento em redes, por meio de uma concepção de ensino colaborativo. Assim, quem sabe, os resultados serão melhores para todos: os diferentes alunos e cada um dos professores terão sido mobilizados a superar a si mesmos.

Vale ressaltar, que este trabalho se caracteriza como um trabalho contínuo e permanente, envolvendo todos os agentes educativos, provocando reflexões sobre as práticas educativas nos diversos setores, o que vem contribuindo para mudanças perceptíveis no âmbito institucional.

Assim sendo, faz-se necessário fomentar e intensificar a pesquisa, a extensão e o ensino focado na sensibilização e desmistificação da problemática da inclusão numa perspectiva de mudança de atitudes, num processo contínuo e permanente no âmbito institucional.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 27 jun. 2018.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 27 jun. 2018.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 27 jun. 2018

GADOTTI, M. **Educação integral no Brasil: inovações em processo.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação Cidadã; 4).

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN. **Projeto Político Pedagógico do IFRN:** uma construção coletiva: documento-base. Natal: Editora IFRN, 2012.

MANTOAN, M. T. E. et al. **Integração de pessoas com deficiência.** São Paulo: Editora Memnon, 1997.

_____. **Inclusão escolar:** o que é? Por quê? Como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006. (Cotidiano escolar: ação docente).

MORIN, E. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. 4. ed. Rio de Janeiro. Bertrand, Brasil, 2001.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Glaucia Wesselovicz - Bacharel em Administração (UNIÃO), Especialista em Logística Empresarial (SANTANA) e Especialista em Gestão de Projetos (POSITIVO), Conselheira do COMAD – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, Representante do PROPCD – Programa de Inclusão da Pessoas com Deficiência, Representante no Grupo de Gestores do Meio Ambiente dos Campos Gerais, Articuladora de Projetos Estratégicos do SESI para o Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial, Junior Achievement, ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável atuando a 6 anos com ações de desenvolvimento local.

Janaina Cazini - Bacharel em Administração (UEPG), Especialista em Planejamento Estratégico (IBPEX), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (CETIQT), Practitioner em Programação Neurolinguista (PENSARE) e Mestre em Engenharia da Produção (UTFPR) com estudo na Área de Qualidade de Vida no trabalho. Coordenadora do IEL – Instituto Evaldo Lodi dos Campos Gerais com Mais de 1000h em treinamentos in company nas Áreas de Liderança, Qualidade, Comunicação Assertiva e Diversidade, 5 anos de coordenação do PSAI – Programa Senai de Ações Inclusivas dos Campos Gerais, Consultora em Educação Executiva Sistema FIEP, Conselheira do CPCE – Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial. Co-autora do Livro Boas Práticas de Inclusão – PSAI. Organizadora da Revista Educação e Inclusão da Editora Atena.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-363-7

